



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAMARANA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 01.613.167/0001-90**

**LEI Nº 773 DE 22 DE MARÇO DE 2011**

**SÚMULA:** Dispõe sobre medidas de proteção ao sossego público contra ruídos urbanos e regula o uso de dispositivos sonoros e emissores de ruídos no Município de Tamarana.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA,  
ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU,  
PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A  
SEGUINTE**

**LEI:**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam instituídas as condições de proteção á coletividade contra a poluição sonora no Município de Tamarana, na forma desta Lei.

Art. 2º Independentemente de medições de qualquer natureza, são proibidos os ruídos:

I – Produzidos na zona urbana, por veículos com equipamentos de descarga aberto ou o silencioso adulterado, bem como o originário de buzinas de veículos, de qualquer natureza , salvo os casos em que a autoridade de transito permitir seu uso;

II - Provocados por estampido de morteiros, bombas, foguetes, rojões, fogos de artifício e similares;

III - Produzidos por animais de modo a provocar o desassossego ou a intranquilidade da vizinhança.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAMARANA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 01.613.167/0001-90**

Art. 3º Para fins de aplicação da presente Lei considera-se:

- I- Decibel (dB): Unidade de intensidade sonora;
- II- Período diurno (pd): o Tempo compreendido entre 7h e 22h (sete as dez horas) do mesmo dia;
- III- Período noturno: o tempo compreendido entre as 22h e 7h (vinte as duas e sete horas);
- IV- Poluição sonora: Qualquer alteração das propriedades físicas do meio ambientes causadas por som que, direta ou indiretamente, seja nocivo á saúde, á segurança e ao bem estar da coletividade;
- V- Som: Toda e qualquer vibração mecânica que se propaga em meio elástico, capaz de produzir no homem sensação auditiva;
- VI- Ruído: Mistura de sons cuja freqüência que não obedece a leis precisas;
- VII- Local de suposto incomodo: local onde é suposta a existência de distúrbios ou incomodo causado por som ou ruído.

Art. 4º A medição da poluição sonora será efetuada com medidor de nível de som que atenda ás recomendações da EB 386/74 da associação Brasileira de Normas Técnicas (ABTN), ou das que lhe sucedam;

Parágrafo único - Todos os níveis de som são referidos à curva de Ponderação A do aparelho medidor.

**CAPITULO II**  
**DAS PERMISSÕES**

Art. 5º São permitidos, observados os preceitos desta Lei:

- I- Os sinos de Igreja e templos, bem como de instrumentos litúrgicos utilizados em serviços de culto, ou cerimônias religiosas, realizadas no recinto das respectivas



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAMARANA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 01.613.167/0001-90**

sedes, no período de 7h as 22 h (sete e vinte as duas horas), exceto aos sábados e nas vésperas de feriados de datas religiosas.

II- As máquinas e equipamentos usados em obras públicas no período de 8 às 18 h (oito às dezoito horas), salvo quando se tratar de obra que, por seu caráter de emergência, não possa ser realizado dentro do horário supracitado;

III- De sirenes e aparelhos semelhantes, quando usados por batedores de carros oficiais, em ambulância e veículos de serviços urgentes, ou ainda, quando empregados para alarme de advertência;

IV- Alarmes em imóveis e sirenes que assinalem o início e o fim de jornada de trabalho ou de período de aulas em escolas, desde que não ultrapassem a 15s (quinze segundos);

V- Anúncios em vias públicas por meio de fontes móveis, desde que, o horário de emissão seja compreendido entre 9h (nove horas) e 17h (dezessete horas), a fonte emissora desligue o som quando parada, e seja observada a distancia não inferior a 200 m, de hospitais, escolas e prédios públicos;

VI - O nível de emissão das permissões elencadas neste artigo não poderá ultrapassar 80 dB, quando medidos a uma distancia de 2 (dois) metros da fonte.

**CAPITULO II**  
**DAS PENALIDADES**

Art. 6º Os infratores desta Lei estão sujeitos às seguintes penalidades, alem das contidas na Lei Municipal nº 154 de 20 de Novembro de 2000.

I- Advertência;

II- Multa de 01 salário mínimo.

III- Interdição parcial ou total da atividade, até a correção das irregularidades;

IV- Cassação da licença ou alvará de funcionamento.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAMARANA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 01.613.167/0001-90**

**CAPITULO IV**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 7º O produto de arrecadação de multas previstas nesta Lei constitui recurso do Fundo Municipal de Defesa Ambiental, a ser instituído por Lei;

Parágrafo único. Até a instituição do Fundo, os valores arrecadados com multas serão gastos em campanhas de educação ambiental.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tamarana, 22 de março de 2011.

***Roberto Dias Siena***  
**PREFEITO**

Vereador:  
João Batista Pereira